

INCLUÍDO O Nº 110 (CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL EM 28/04/2022), ÁREA CONSTRUÍDA = 295m², A PARTIR DE NOVEMBRO/2021."

**6017.2021/0062712-7 - RAFAEL FRANCISCO HIRONI-MUS CEVALLOS**  
**NÃO ACEITO**

" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO NÃO ACEITA  
PARA A ALTERAÇÃO DA PROPRIEDADE NO CADASTRO, É NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DA MATRÍCULA ATUALIZADA DO IMÓVEL.

QUANTO AO PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE USO, NÃO FOI JUNTADO AO PROCESSO NENHUM DOCUMENTO QUE COMPROVE O SEU USO RESIDENCIAL EFETIVO (CONTA DE CONSUMO ATUALIZADA, FOTOS INTERNAS DO LOCAL, PLANTA COM DESCRIÇÃO DOS CÔMODOS). MANTIDO O USO DO IMÓVEL. "

**6017.2021/0064603-2 - STEFAN PAVKOVIC**  
**NÃO ACEITO**

" Decisão Tributária  
Declaração Não Aceita. A área construída declarada, constante no quadro de áreas da planta, não reflete as medidas da edificação constantes na planta apresentada. Mantida a área construída cadastrada. De ofício, considerando que o imóvel de matrícula 163895/11\*RI (contribuinte 175.158.0084-3) está localizado entre os imóveis de matrícula 163896/11\*RI (contribuinte 175.158.0085-1) e 453894/11\*RI(contribuinte 175.158.0083-5, nº235), altere-se a numeração predial cadastrada para 219, conforme situação fática, nos termos do Art. 96, §1º IncI. do Decreto 52884/2011. Providências com efeitos a partir de 01/2023."

**6017.2021/0061943-4 - HELLE NICE GIOVANNINI**  
**NÃO ACEITO**

" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO NÃO ACEITA  
A LEGITIMIDADE NÃO FOI COMPROVADA UMA VEZ QUE A OUTORGANTE É FALECIDA DESDE 2015. QUANTO AO PEDIDO, NÃO DEVE SER ACEITO POIS LOCALIZADO CCM ATIVO PARA O LOCAL RELACIONADO A EMPRESA EM QUE O LOCATÁRIO DO IMÓVEL É SÓCIO. USO MANTIDO PARA O SQL 026.049.0051-3. DE OFÍCIO, INCLUÍDO O TERMO ""ESPÓLIO"" NO PROPRIETÁRIO. "

**6017.2021/0064962-7 - HELIO JACOMINO DALEFI**  
**PARCIALMENTE ACEITO**

" Decisão Tributária  
Declaração Parcialmente Aceita. Nos termos do Art.93, §2º do Decreto 52884/2011, altere-se o padrão da construção, de ofício, para ""1C"" da Tabela V do Decreto 52884/2011, por mais se assemelhar às características da edificação. A área construída declarada já consta no cadastro com o arredondamento legal previsto no §1º do Art. 28 do Decreto 52884/2011. De ofício, alterado o ano de construção corrigido para 2021 conforme reforma declarada em DAC. Providências com efeitos a partir de 01/2022."

**6017.2021/0061325-8 - TARCISO RODRIGUES DO PRADO**  
**NÃO ACEITO**

" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO NÃO ACEITA  
PARA O SQL 174.245.0083-9, MANTIDO O USO CONSTANTE NO CADASTRO. CONFORME IMAGENS JUNTADAS AO PROCESSO, O IMÓVEL ENCONTRAVA-SE VAZIO. A ALTERAÇÃO DO USO APENAS OCORRE A PARTIR DA COMPROVAÇÃO DO USO EFETIVO DO IMÓVEL (FOTOS INTERNAS MOSTRANDO OCUPAÇÃO, CONTAS DE CONSUMO RECENTES). DE OFÍCIO, ALTERADA ÁREA CONSTRUÍDA PARA 405m² CONFORME SITUAÇÃO EXISTENTE NO LOCAL DESDE PELO MENOS 2004. ALTERAÇÕES A PARTIR DE JANEIRO/2017. "

**COMUNICAÇÃO DE DESPACHOS - DIMOB**

**6017.2021/0061521-8 - EDUARDO LUIZ BARBOSA ULSON**  
**ACEITO**

" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO ACEITA  
Em que pese o presente processo ter sido autuado como Declaração de Inscrição Cadastral de Lote Omitido, trata-se na verdade de Declaração de Atualização Cadastral. Para o SQL 086.376.0022-0, incluíam-se complemento Av. Prof. Vicente Rao nº 1127 e referência esquina, e altere-se o bairro para Brooklin Paulista, com efeitos a partir de 01/2022."

**6017.2021/0051890-5 - ROBERTO GERALDO ESPOSITO**  
**ACEITO**

" Decisão Tributária  
Declaração Aceita. Nos termos do Art. 93, §1º do Decreto 52884/2011, efetuado o desdobro do contribuinte 118.503.0023-1 nos contribuinte 118.503.0049-5 (nº234, matrícula 244538/6\*RI) e 118.503.0050-9 (nº230, matrícula 244539/6\*RI) a partir de 10/2021. De ofício, alterada a área construída do contribuinte 118.503.0023-1 para 191m² no período de 08/2021 a 09/2021 conforme DTCO. "

**6017.2021/0051801-8 - MAGDA APARECIDA DE SOUZA FERRAZ**  
**ACEITO**

" Decisão Tributária  
Declaração Aceita. Nos termos do Art. 93, §1º do Decreto 52884/2011, efetuado o desdobro do contribuinte 067.052.0034-0 nos contribuintes 067.052.0227-0 (nº109, matrícula 262560/15\*RI) e 067.052.0228-9 (nº111, matrícula 262561/15\*RI) a partir de 10/2021 "

**6017.2021/0054951-7 - ADILSON SPARAPANI DE JESUS**  
**ACEITO**

" Decisão Tributária  
Declaração Aceita. Nos termos do Art. 93, §1º do Decreto 52884/2011, efetuado o desdobro do contribuinte 154.162.0077-3 nos contribuintes 154.162.0131-1 (nº40), 154.162.0132-1 (nº18A), 154.162.0133-8 (nº19A) e 154.162.0134-6 (nº80) a partir de 11/2021. De ofício, alterada a área construída do contribuinte 154.162.0077-3 para 1011m² no período de 01/2017 a 10/2021 conforme DIC-D."

**6017.2021/0062041-6 - MARIA APARECIDA BARBOSA PIRES COSTA**  
**ACEITO**

" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO ACEITA  
Para o imóvel de SQL 105.031.0046-2, altere-se o uso do imóvel para RESIDENCIAL, com efeitos a partir de JANEIRO/2022."

**6017.2021/0061729-6 - ELIZA MARIA MARTINS ROSSI**  
**ACEITO**

" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO [ACEITA]  
CANCELA-SE O SQL 299.052.0039-6 POR DESDOBRO NOS ATUAIS LOTES 0468-5 (nº 137 ; AT= 120 ; AC=122 ) E 0469-3 (nº 153 ; AT= 120 ; AC= 122m2 ) A PARTIR DE Dez/2021. "

**6017.2021/0062382-2 - SANDRA LIMA DE JESUS**  
**ACEITO**  
" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO [ACEITA]  
CANCELA-SE O SQL 142.045.0013-6 POR DESDOBRO NOS ATUAIS LOTES 0032-2 (nº 54 ; AT= 84m² ; AC= 151m2 ) ; 0033-0 (nº 50 ; AT= 84m² ; AC= 151m² ) e 0033-9 ( nº 46 ; AT = 84m² e AC = 151m²) A PARTIR DE DEZ/ 2021. "

**6017.2021/0057219-5 - MILAGROS BARBA AGUADO ESTEBAN**  
**ACEITO**

" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO ACEITA

CANCELA-SE OS SQLs 088.219.0021-5 e 088.219.0026-6 POR ENGOLOBAMENTO NO ATUAL LOTE 088.216.0027-4 (nº 155 ; AT= 696m2 ; AC=448m2 ) A PARTIR DE NOV/2021. "

**6017.2021/0063418-2 - RODRIGO JOSE RUIVO**  
**ACEITO**

" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO ACEITA.  
Cancele-se o lote 055.128.0025-6 por desdobramento nos lotes 0070-1 (nº 36; AT=118m²; AC=130m²), 0071-1 (nº 42; AT=125m²; AC=132m²); e 0072-8 (nº 48; AT=132m²; AC=131m²). Providência a partir de dezembro de 2021."

**6017.2021/0061060-7 - ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA**  
**ACEITO**

" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO: ACEITA  
Cancela-se o SQL 104.086.0028-3 por DESDOBRO nos atuais SQL 104.086.0055-0 (Rua Dom Meinrado nº 147; AT=125 m²; AC=160 m²) e SQL 104.086.0056-9 (Rua Dom Meinrado nº 155; AT=125 m²; AC=160 m²). Providências com efeitos no Cadastro Imobiliário Fiscal a partir de 12/2021."

**6017.2021/0051317-2 - RAIMUNDA NONATA COSTA**  
**ACEITO**

" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO ACEITA  
CANCELA-SE O SQL 071.253.0050-2 POR DESDOBRO NOS ATUAIS LOTES 0115-0( R. JUDITH ZUMKELLER nº 615; AT=133m² ; AC=146m²), 0116-9 ( AV.DIREITOS HUMANOS nº 2557; AT=87m² ; AC=146m²) E 0117-7 ( AV.DIREITOS HUMANOS nº 2563; AT=87m² ; AC=146m²) , A PARTIR DE OUT/2021 .  
Tendo em vista imagens disponibilizadas gratuitamente pela rede mundial de computadores e demais elementos constantes do presente, de ofício, altere-se, no período de jun/2017 a set/2021, os dados cadastrais do imóvel de SQL nº 071.253.0050-2 ""pai"" , conforme a seguir: AC=437M²; PAD=1-C; AO=266M²; PAVTO=02; ACC=2017 ( considerou término das obras, nos prédios com frente para Av. Direitos Humanos, em mai/2017, conforme imagens).  
Efeitos estendidos ao Cadastro Imobiliário Fiscal dos lotes "filhos" 0115-0 a 0117-7, a partir de OUT/2021."

**6017.2021/0056859-7 - DOMENICO RAFAELE VIETRI JUNIOR**  
**ACEITO**

" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO ACEITA  
CANCELA-SE O SQL 078.382.0015-6 POR DESDOBRO NOS ATUAIS LOTES 078.382.0032-6 (nº nº 219 da R. Manuel Oliva de Andrade e Silva - LT 13A ; AT= 100m2 ; AC= 134m2); 078.382.0033-4 (nº 416 da R. Jannart Moutinho Ribeiro - LT 13B ; AT= 75m2 ; AC= 75m2) E 078.382.0034-2 (nº 422 da R. Jannart Moutinho Ribeiro - LT 13C ; AT= 75m2 ; AC= 75m2) A PARTIR DE NOV/2021 . ALTERADA ÁREA CONSTRUÍDA DO SQL 078.382.0015-6 PARA 284M2 NO PERÍODO DE JUL/2021 A OUT/2021."

**6017.2022/0009554-2 - ANTONIO VICENTE DO REGO**  
**ACEITO**

" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO ACEITA  
Cancele-se o SQL 127.189.0028-7 por desdobro nos atuais lotes 0059-7 (nº 813-A; AT 150m²; AC 281m²) e 0060-0 (nº 813; AT 150m²; AC 130m²), a partir de 01/2022. De ofício, para o lote 0028-7, alterem-se AC 411m², AO 230m², PAV 02, no período de 01/2017 a 12/2021."

**6017.2021/0063038-1 - WALDIR RODRIGUES DO PRADO**  
**ACEITO**

" Decisão Tributária  
DECLARAÇÃO ACEITA  
Para o imóvel de SQL 067.134.0038-8, altere-se o uso do imóvel para RESIDENCIAL COLETIVO, com efeitos a partir de JANEIRO/2022."

## DIVISÃO DE CADASTROS E LANÇAMENTOS ESPECIAIS - DICLE

**COMUNICAÇÃO DE DESPACHOS - DICLE**

**6017.2021/0065283-0 - ROMANCINI CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI**  
**CREDENCIAMENTO**

" Nos termos do §1º do artigo 5º do Decreto Municipal nº 56.223, de 1º de julho de 2015, alterado pelo Decreto Municipal nº 56.881, de 18 de março de 2016, fica credenciado de ofício no Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC, a partir da data desta publicação:  
NOME DA PESSOA JURÍDICA: CONDOMINIO RESIDENCIAL MARIANO PLAZA  
CNPJ: 41.298.839/0001-35"

**014.029.0295-6 - JOHN ISTVAN ALBERT HUBERT MARIE MAHLER**  
**CREDENCIAMENTO**

" Nos termos do §1º do artigo 5º do Decreto Municipal nº 56.223, de 1º de julho de 2015, alterado pelo Decreto Municipal nº 56.881, de 18 de março de 2016, fica credenciado de ofício no Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC, a partir da data desta publicação:  
ADVOGADO: ROSA APARECIDA MANIERI PESTANA  
CPF: 011.723.488-55  
O.A.B.: 334.375"

## DIVISÃO DE LANÇAMENTO, COBRANÇA E PARCELAMENTO

**DIVISÃO DE LANÇAMENTO COBRANÇA E PARCELAMENTO –DICOP**

**SOLICITAÇÃO PARA EXCLUSÃO DO DÉBITO DE IPTU DO SQL 181.031.0218-1 do PPI 17.811.713-7.**

**PROCESSO SEI, INTERESSADO, CPF e DECISÃO.**

**6017.2022/0005589-3, SALVADOR PINHEIRO SANTOS, 994.121.108-63.**

**NADA A DEFERIR** em relação ao pedido do contribuinte com CPF 994.121.108-63 para exclusão do débito de IPTU do SQL 181.031.0218-1 do PPI 17.811.713-7, visto que, com a negação do débito em questão, a exclusão se deu automaticamente em 02/2022 e como se pode observar pelo extrato, essa exclusão já refletiu nos valores das parcelas a partir de 03/2022, não há que se falar em restituição de valores, visto que todo o valor pago é destinado ao saldo devedor do parcelamento, onde contém, após a exclusão do débito do SQL 181.031.0218-1, somente o débito que realmente pretendia parcelar. Também não ocorreu erro no sistema, pois como pode se verificar no mesmo extrato, o imóvel em questão estava e continua em nome requerente no sistema no momento da adesão ao PPI.

**PEDIDO DE CONFIRMAÇÃO DE PAGAMENTO DA PARCELA 2 do PPI 3.987.524-5.**

**PROCESSO SEI, INTERESSADO, CPF e DECISÃO.**

**6017.2022/0005858-2, DIVALDO GARCIA, 931.342.828-87.**

**NADA A DEFERIR** em relação ao pedido do contribuinte com CPF 931.342.828-87 para confirmação do pagamento feito em 01/12/2021 da parcela 2 do PPI 3.987.524-5 porque esse pagamento foi efetuado em órgão arrecadador não conveniado com a Prefeitura da Cidade de São Paulo, dessa forma o Município não tem meios de cobrança para esse órgão (SICREDI-FI-TBANK), a responsabilidade desse pagamento e cobrança junto a esse arrecadador deve ser feita diretamente pelo município. O pagamento já foi efetuado novamente pelo contribuinte em 03/02/2022 e o PPI 3.987.524-5 encontra-se em dia.

**DIVISÃO DE LANÇAMENTO, COBRANÇA E PARCELAMENTO – DICOP**

**DISCORDÂNCIA DO COMUNICADO CADIN**  
**PROCESSO SEI – INTERESSADO – CPF – DECISÃO**

**6017.2021/0047726-5 - GISELE ASSEIS - 280.017.418-85**  
Atendendo ao disposto nos autos e com base no parecer consignado em documento nº 063605779, que passa a integrar esta decisão, **INDEFIRO** a impugnação ao Comunicado CADIN nº 27.523/2021 que informou os débitos de IPTU referentes às parcelas 7 a 10 do exercício 2020 do SQL 013.025.0070-8. A interessada apresentou os comprovantes de pagamento do imóvel cadastrado com o SQL 013.025.0066-1.

Da intimação caberá um único recurso à autoridade imediatamente superior, nos termos da legislação vigente.

## DIVISÃO DE IMUNIDADE E ISENÇÕES - DIMIS

**SUREM/DEJUG/DIMIS**

**SEI nº 6017.2020/0046832-9**

Jose Pedro Lacerda  
Luiza Ferreira da Silva Lemos  
Mario Gomes Seabra  
Ivete dos Santos  
João Batista de Freitas  
Humberto da Silva Bragança

1. À vista das informações constantes destes autos e com base nos relatórios elaborados pela Subprefeitura de São Miguel Paulista, decido pelo:

1.1. DEFERIMENTO do pedido de isenção de IPTU, exercício de 2020, para os contribuintes 133.111.0051-3 e 133.121.0003-7;

1.2. NADA A DEFERIR para os contribuintes 133.111.0014-9, 133.111.0019-1, 133.111.0048-3 e 133.111.0052-1, exercício 2020, tendo em vista que ele já se encontra isento com base no art. 6º da Lei nº 15.889/2013;

2. Base Legal: art. 1º e § 1º da Lei nº 14.493 de 09/08/07 e 3º do Decreto nº 48.767 de 27/09/07; art. 2º da Lei nº 14.089/05;

**SEI nº 6017.2020/0047110-9**

Agnaldo Perez  
Damiano Jose da Silva  
Ademir Paes Landim  
Antonio Cordeiro da Costa  
Marcos Vicente da Silva  
Vanessa Aparecida Novais  
Horacio Graça Ceppas

1. À vista das informações constantes destes autos e com base nos relatórios elaborados pela Subprefeitura de São Miguel Paulista, decido pelo:

1.1. INDEFERIMENTO do pedido de isenção de IPTU, exercício 2020, para o contribuinte 133.038.0006-4, tendo em vista o contribuinte está lançado como TERRENO, não possuindo, portanto, "edificação" como exige o art. 1º da Lei nº 14.493 de 09/08/07, mesmo que de fato exista a edificação no local o pedido de isenção não deveria prosperar tendo em vista que não foi efetuada a atualização cadastral do imóvel como requer a lei;

1.2. NADA A DEFERIR para os contribuintes SQLs 133.035.0025-7, 133.038.0007-2, 133.038.0008-0, 133.038.0009-9, 133.038.0022-6 e 133.038.0023-4 tendo em vista que eles já se encontram isentos com base no art. 6º da Lei nº 15.889/13;

2. Base Legal: art. 1º e § 1º da Lei nº 14.493 de 09/08/07 e 3º do Decreto nº 48.767 de 27/09/07; art. 2º da Lei nº 14.089/05;

3. Prazo para impugnação: 30 dias da data de publicação desta decisão no Diário Oficial da Cidade, a ser protocolado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV” (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/);

**SEI nº 6017.2020/0046737-3**

Luciana Gama Cardozo  
Adalgir Silveira Damasceno  
Aldo Rocha da Costa  
Jose Maria da Silva  
Ivete da Silva Luna Jorge

1. À vista das informações constantes destes autos e com base nos relatórios elaborados pela Subprefeitura de São Miguel Paulista, decido pelo, NADA A DEFERIR para os contribuintes SQLs 133.156.0012-1, 133.156.0013-8, 133.156.0014-6, 133.156.0048-0 e 133.156.0049-9, exercício 2020, tendo em vista que eles já se encontram isentos com base no art. 6º da Lei nº 15.889;

2. Base Legal: art. 1º e § 1º da Lei nº 14.493 de 09/08/07 e 3º do Decreto nº 48.767 de 27/09/07; art. 2º da Lei nº 14.089/05;

Ref.: 6017.2021/0004577-2

Assunto: Remissão de créditos tributários relativos ao IPTU – Lei 17.202/19 (art. 26)

SQL: 082.432.0097-5

Interessado: RODRIGO DI SORDI GASINHATO

Exercícios: 2015 a 2020

**DESPACHO:**

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, em especial o parecer de DIMIS, que acolho como razão de decidir e que passa a integrar a presente decisão:

1.1. INDEFIRO o pedido de remissão dos créditos tributários referentes ao IPTU do imóvel 082.432.0097-5, exercícios de 2015 a 2020, uma vez que esses créditos não são decorrentes de processo de regularização.

2. Base Legal: Lei 17.202/19, Decreto 52.884/11;

3. Prazo para recurso hierárquico: 30 dias da data da publicação da decisão no Diário Oficial, a ser protocolado por meio de processo administrativo no CAF-Centro de Atendimento da Fazenda, localizada na Praça do Patriarca, nº 69. Centro. São Paulo – SP (horário de funcionamento das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira) com agendamento prévio obrigatório.

Ref.: SEI 6056.2019/0001553-8

Assunto: Isenção de IPTU – Lei 14.493/07

SQL: 004.069.0028-0

Interessado: JULIO WONG

Exercício da Enchente: 2019

**DESPACHO:**

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, em especial o parecer de DIMIS, que acolho como razão de decidir e que passa a integrar a presente decisão:

1.1. INDEFIRO o pedido de isenção do IPTU do imóvel 004.069.0028-0, exercício de 2020, uma vez que não comprovou danos no imóvel causados por enchentes.

2. Base Legal: Lei 14.493/07, Decreto 52.884/11, Decreto 48.767/07, Decreto 59.224/20, Decreto 58.660/19;

3. Prazo para impugnação: 30 dias da data da publicação da decisão no Diário Oficial, a ser protocolada por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual - SAV (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/).

Ref.: SEI 6056.2019/0007593-0

Assunto: Isenção de IPTU – Lei 14.493/07

SQL: 004.058.0068-1

Interessado: VICENTE MARTINEZ FERNANDEZ

Exercício da Enchente: 2019

**DESPACHO:**

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, em especial o parecer de DIMIS, que acolho como razão de decidir e que passa a integrar a presente decisão:

1.1. INDEFIRO o pedido de isenção do IPTU do imóvel 004.058.0068-1, exercício de 2020, uma vez que não comprovou danos no imóvel causados por enchentes.

2. Base Legal: Lei 14.493/07, Decreto 52.884/11, Decreto 48.767/07, Decreto 59.224/20, Decreto 58.660/19;

3. Prazo para impugnação: 30 dias da data da publicação da decisão no Diário Oficial, a ser protocolada por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual - SAV (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/).

Ref.: SEI 6056.2019/0004251-9

Assunto: Isenção de IPTU – Lei 14.493/07

SQL: 028.074.0046-9

Interessado: RICARDO BAPTISTA CARNEIRO

Exercício da Enchente: 2019

**DESPACHO:**

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, em especial o parecer de DIMIS, que acolho como razão de decidir e que passa a integrar a presente decisão:

1.1. INDEFIRO o pedido de isenção do IPTU do imóvel 028.074.0046-9, exercício de 2020, uma vez que não comprovou danos no imóvel causados por enchentes.

2. Base Legal: Lei 14.493/07, Decreto 52.884/11, Decreto 48.767/07, Decreto 59.224/20, Decreto 58.660/19;

3. Prazo para impugnação: 30 dias da data da publicação da decisão no Diário Oficial, a ser protocolada por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual - SAV (https://sav.prefeitura.sp.gov.br/).

Processo nº 6017.2021/0000202-0

Assunto: Remissão de créditos tributários relativos ao IPTU – Lei 17.202/19 (art. 26)

SQL: 110.056.0025-1

Interessado: SERGIO LUIZ PACHECO

Exercícios: 2015

**DECISÃO:**

1. À vista dos elementos e informações constantes dos autos, em especial o parecer de DIMIS, que acolho como razão de decidir e que passa a integrar a presente decisão:

1.1. INDEFIRO o pedido de remissão dos créditos tributários referentes ao IPTU do imóvel 110.056.0025-1, exercício de 2015, uma vez que esses créditos não são decorrentes de processo de regularização.